

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 975295 - PR (2016/0229087-6)

RELATORA : MIN. MARIA ISABEL GALLOTTI

AGRAVANTE : ALCINDO CERCI - ESPÓLIO
AGRAVANTE : ODETE GARCIA CERCI - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIO SERGIO JULIO CERCI - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : EROULTHS CORTIANO JUNIOR - PR015389
: GUILHERMO PARANAGUÁ E CUNHA - PR037358
AGRAVADO : CONDOMINIO RESIDENCIAL OURO PRETO
ADVOGADO : ADEMAR ULIANA NETO - PR026074

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ALCINDO CERCI - ESPÓLIO, em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 549):

ACÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. APRESENTAÇÃO DE RECONVENÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DA ACÇÃO ORDINÁRIA E PROCEDÊNCIA DA RECONVENÇÃO, QUE VISAVA A COBRANÇA DO ENCARGO. AGRAVO RETIDO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO ENTRE A ACÇÃO ORDINÁRIA E A RECONVENÇÃO. TESE AFASTADA. CONEXÃO EVIDENTE. RECURSO DESPROVIDO. APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS E REFORMA CONDOMINIAL. PROTESTO. CABIMENTO. DESPESAS ACORDADAS EM ASSEMBLÉIA. OBEDIÊNCIA ÀS REGRAS LEGAIS. DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS DEVEM SER EXERCIDOS CONSOANTE PRECONIZA O INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO. INSURGÊNCIAS QUANTO AOS VALORES COBRADOS DEVERIAM TER SIDO APONTADAS NO MOMENTO OPORTUNO PARA TANTO. SENTENÇA ACERTADA. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem não foram acolhidos (e-STJ, fls. 586-591).

Nas razões do especial, o agravante aponta violação aos artigos 315 e 585 do Código de Processo Civil de 1973; e 1º da Lei 9.492/1997.

Sustenta que não há conexão, apta a viabilizar a reconvenção, quando a

ação principal trata de ilegalidade do protesto e a reconvenção trata de despesas condominiais, objeto do protesto.

Aduz que as dívidas condominiais não fazem parte do rol do art. 585 do Código de Processo Civil de 1973, nem podem ser equiparadas a títulos e outros documentos de dívida.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 621).

O recurso foi inadmitido na origem, nos termos da decisão de fls. 622-624 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaca-se que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Quanto à reconvenção, a Corte local consignou (e-STJ, fl. 552):

Quanto à alegação de inexistência de conexão (o que impediria a reconvenção), sem razão os agravantes. Ora, se os recorridos contestaram o protesto da dívida condominial, e o agravado pretende justamente a condenação dos autores ao pagamento da dívida condominial protestada, manifesta conexão, de modo que perfeitamente cabível a reconvenção apresentada.

Com efeito, o entendimento da instância ordinária encontra-se em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, de modo que incide o óbice da Súmula 83 do STJ.

A propósito, cito:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE APONTAMENTO A PROTESTO. PROTESTO POR INDICAÇÃO. BOLETO BANCÁRIO. PROVA DA RETENÇÃO INJUSTIFICADA DAS DUPLICATAS REMETIDAS AO SACADO PARA ACEITE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENDOSSATÁRIO. AÇÃO DE COBRANÇA VEICULADA EM RECONVENÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

(...)

V - Na ação em que se visa a impedir o protesto de título é cabível a

apresentação de reconvenção com o objetivo de cobrar esses mesmos títulos. Identidade da relação jurídica subjacente.

VI - Recurso Especial provido em parte.

(REsp. 953.192/SC, Relator Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 7.12.2010, DJe 17.12.2010)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). PROTESTO POR INDICAÇÃO DE BOLETO BANCÁRIO DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DAS NOTAS FISCAIS E DO COMPROVANTE DE ENTREGA DA MERCADORIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DANO MORAL. PEDIDO PREJUDICADO. RECONVENÇÃO PARA COBRANÇA DA DÍVIDA.

(...)

6. É possível, no bojo de ação que visa impedir o protesto de título, a reconvenção pelo credor para a cobrança da dívida.

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg. no AREsp. 27.041/GO, Relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 8.5.2014, DJe 26.5.2014)

No que alega afronta ao art. 1º da Lei 9.492/1997 e 585 do Código de Processo Civil de 1973, também sem razão o agravante.

De início, nem só créditos oriundos de relações empresariais são protestáveis, nem só os títulos de crédito poderão ser objeto de protesto como sustenta o ora agravante, propiciando o referido art. 1º da Lei de Protesto de Títulos uma interpretação no sentido de que outros documentos de dívida são para tanto hábeis.

A assertiva consistente na inexistência de título executivo, na espécie, a inviabilizar o manejo de protesto, também não encontra guarida na jurisprudência desta Corte, que admite a cobrança de taxas condominiais seja mediante ação de cobrança por meio de procedimento sumário, seja mediante execução.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, faculta-se ao credor ajuizar ação de conhecimento para cobrança de taxas condominiais

em atraso, **ainda que disponha de título executivo extrajudicial**, desde que a escolha por um ou outro meio judicial não implique prejuízo ao direito de defesa do devedor. Precedentes. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg. no AREsp. 335.954/SC, Relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 7.5.2015, DJe 19.5.2015) (grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL. TAXAS CONDOMINIAIS. TÍTULO EXECUTIVO. EM TESE, AS TAXAS CONDOMINIAIS, DESDE QUE HAVENDO ORÇAMENTO E APROVAÇÃO DESSE ORÇAMENTO EM CONVENÇÃO, PODEM SER COBRADAS PELA VIA EXECUTIVA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp. 33.062/RJ, Relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Quarta Turma, julgado em 18.12.1997, DJ 27.4.1998, p. 166) (grifou-se)

Assim, caracterizando o documento levado a protesto, título executivo extrajudicial (art. 585, V, do CPC/1973), dotado de inequívoca certeza e exigibilidade, não se concebe possa o credor de boa-fé se ver tolhido quanto ao seu lícito direito de protestar o título.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de novembro de 2016.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora